



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: DER-RO

PROCESSO Nº: 0009.231514/2021-68/FITHA/DER/RO

OBJETO: Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-370; trecho: Entrº RO-485/RO-489(Corumbiara) Parecis, Sub-Trecho: Distrito de Vitória da União - Entr. RO-391 (Trevo da Pedra), segmento: Estaca 1000+00 - Estaca 2000+0,000, com extensão de 20,00 km, referente ao Lote 04, no município de Corumbiara/RO.

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um às dez horas, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone 69 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 74/SUPEL-CI de 11 de junho de 2021**, para proceder ao exame dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas: **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.** **DA PRIMEIRA RECORRENTE:** A empresa recorrente foi declarada INABILITADA em ata datada dia 15.10.2021, **por não ter comprovado quantitativo mínimo para "Dreno longitudinal profundo para corte em solo - tubo de concreto perfurado e brita comercial", descumprindo assim, parcialmente a exigência contida no item 15.3, alínea "d" do Edital, e por ter apresentado comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) vencida, conforme autenticidade emitida por meio eletrônico, junto ao órgão responsável, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital.** Afirma que a decisão da Comissão de Licitação foi errônea, uma vez que a documentação de habilitação da Recorrente, restou comprovado a execução de serviços similares e compatíveis, com quantitativos mínimos. Que a *"...comprovação acima relativa à execução de Dreno Longitudinal DPS 08, acrescido de Dreno Longitudinal DPR 02 e dreno subhorizontal DSH 01, conclui que a empresa possui capacidade equivalente ao serviço no total de 4.992,52 metros, ultrapassando assim, o estimado em edital..."* Afirma que a empresa comprovou sua aptidão técnica operacional por meio de atividades similares ao exigido no edital, que os serviços ora comprovados são análogos ao exigidos no escopo editalício. Com relação a apresentação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) vencida, alega que ao entrar em contato com o CREA, obteve a informação de que fora constatado que o autenticador do documento estava com erro de autenticação, fazendo referência ao documento do ano anterior, sendo o referido problema devidamente corrigido conforme Ofício em resposta a empresa. A recorrente sugere a CPLO que se persistirem dúvidas acerca do alegado, que se proceda com diligência junto ao referido conselho. **DO PEDIDO:** Requer seja recebidas e acolhidas as alegações supracitadas e, por conseguinte, anule a decisão de declarou inabilitada a empresa Recorrente, considerando a comprovação de atendimento às exigências do edital. **DA SEGUNDA RECORRENTE:** A **ANDRADE**

CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA traz a luz em seu recurso administrativo, sua discordância em relação a decisão da Comissão de Licitação proferida em Ata datada em 15.10.2021, que a inabilitou por não ter comprovado qualificação técnica operacional para: *"Compactação de aterros a 100% do proctor intermediário"* e por não ter comprovado quantitativo mínimo para *"Hidrossemeadura"*, descumprindo assim parcialmente a exigência contido no item 15.3, alínea "d" do Edital. No recurso interposto, a recorrente entende que a decisão da Comissão de Licitação deve ser revista, alegando que a empresa apresentou em sua documentação de habilitação, qualificação técnica de execução de serviços de características semelhantes, sendo, estes suficientes para ser considerada apta para execução da presente obra, bem como, qualificação técnica operacional suficientes para ser considerada para tanto como habilitada. Afirmar que a soma da quantidade de serviços realizados pela empresa quanto ao item ora em questionamento, é totalmente compatível com o exigido em edital, uma vez que, a mesma realizou a execução de hidrossemeadura de 162.447,00m², bem como, de enleivamento de 61.099,711m², totalizando em 223.546,711m², logo, a quantidade é superior à prevista em edital. Considera a execução do serviço de enleivamento, em virtude se trata de serviço de características semelhantes ao de hidrossemeadura, pois, ambos visam a restauração ambiental, bem como evitar a erosão. Ainda, que *"... não se tem complexidade alguma na execução do item, empregando apenas dois equipamentos e serventes como mão de obra. Sendo assim, dado que a empresa comprovou que executou o item, é uma questão de simplesmente maiores quantidades de insumos para o plantio e tempo maior de serviço para executar quantidades além, pois, os equipamentos e colaboradores são os mesmo e em mesma quantidade para executar 1 metro a 1... de metro quadrado..."*. Com relação ao item Compactação de aterros a 100% do Proctor intermediário, a recorrente afirma que atendeu ao presente requisito, vez que apresentou em seus atestados de capacidade técnica a comprovação de execução de serviços de características semelhantes, e portanto, não há que se falar em inabilitação da presente licitante, em consequência de que a mesma, apresentou seus atestados de capacidade técnica, para fins de comprovação da qualificação técnica operacional por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação. **DO PEDIDO:** Requer a Comissão de Licitação conheça e dê provimento ao presente RECURSO ADMINISTRATIVO interposto por esta licitante, para que o mesmo seja declarado TOTALMENTE PROCEDENTE. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para Contrarrazões sendo que a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** apresentou tempestivamente suas contrarrazões. Afirmar que os recursos das empresas Madecon Engenharia e Participações Eireli e Andrade Construções, Terraplanagem e Pavimentação Ltda não merecem provimento. Que o recurso da licitante Madecon Engenharia e Participações Eireli, há de se ressaltar, que, distintamente do alegado, não há comprovação no processo licitatório de que a mesma tenha cumprido com a exigência do quantitativo mínimo para "Dreno longitudinal profundo para corte em solo - tubo de concreto perfurado e brita comercial". Afirmar que o recurso apresentado pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, mensurando-se atentamente a documentação apresentada, notório se faz a demonstração de tão somente 1.021,90 metros do serviço "Dreno longitudinal prof. p/ corte em solo – DPS 08", sendo que os outros serviços que compõe o atestado não são similares, o que impede a somatória de tais itens para cumprimento do requisito requerido pelo edital. (...) *Ou seja, a empresa Madecon detém de apenas uma porcentagem desse quantitativo. E mais, considerando a ausência da juntada do Termo de Constituição do Consórcio no processo licitatório, impede-se uma apuração concreta de que tal quantitativo pertence tão somente à Recorrente Madecon (...)*. Com relação ao recurso apresentado pela licitante Andrade Construções, Terraplanagem e Pavimentação Ltda, há de se ponderar, de igual forma, que, somando os serviços de Hidrossemeadura nos três atestados mencionados (142.118,00m² + 20.000,00m² + 329,00m²), obtêm-se a quantidade de: 162.447,00 m². Ou seja, reforça-se que a exigência constante no edital é de 176.853,00 m², sendo evidente, assim, o descumprimento de tal premissa. **DO PEDIDO:** PUGNA-SE para que os recursos interpostos pelas empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, sejam integralmente DESPROVIDOS. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de do dia 15.10.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93 e principalmente no Parecer Técnico Análise Recursos ID (0021960747) emitido pelo DER-NUPROJVIARIO, assinado pelos

profissionais **IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA** - Assessora/ Eng^a Civil, **RENAN DA SILVA GRAVATÁ** - Engenheiro Civil e **ELIZA ELIS HENZ** - Coordenadora da CPPOO/DER/RO, aqui parcialmente reproduzidos:

(...)RECURSO DA EMPRESA MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI

Considerando a falta de comprovação do quantitativo mínimo no item **"Dreno longitudinal profundo para corte em solo - tubo de concreto perfurado e brita comercial"** informamos que em análise a documentação da empresa não foi encontrado comprovação suficiente, igual ou superior a 1.610,00 m, conforme exigido em edital (...)

(...)RECURSO DA EMPRESA ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório

Considerando o Recurso da empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA (ID. 0021570489) e o seu questionamento quanto a comprovação do quantitativo mínimo de **hidrossemeadura** informamos que não encontramos a comprovação de execução de serviço de enleivamento referente ao contrato 84/2019 do DNIT conforme informado pela empresa

Face aos recursos administrativos interpostos pelas empresas MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI e ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID. 0021373130), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência dos recursos interpostos pelas empresas (...).

A CPLO procedeu com a análise da documentação de habilitação, especificamente no quesito da qualificação técnica pautada nas exigências contidas no Termo de Referência, e mesmo ciente da decisão anteriormente proferida em ata do dia 15.10.2021, encaminhou os recursos apresentados pelas empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e contrarrazões pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**, ao departamento DER/NUPROJVIÁRIO para análise e emissão de parecer que confirmou a decisão acertada anteriormente pela Comissão de Licitação. Evidenciando assim o não cumprimento das exigências contidas no edital. Nossa jurisprudência é clara quanto ao tema:

Enquanto a capacitação técnico-profissional está relacionada à qualificação do corpo técnico, a capacitação técnico-operacional, por sua vez, é bem mais ampla e alcança requisitos empresariais, tais como estrutura administrativa, métodos organizacionais, processos internos de controle de qualidade, etc. Na prática, a qualificação comprovada de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional esteja vinculado, seja na condição de prestador de serviço ou na condição de sócio, e, conseqüentemente, a qualidade da execução contratual poderá ser comprometida. [Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário](#)

Ressalta-se, por fim, que o atestado de capacidade técnica deve ser **emitido por pessoa jurídica**, sendo, ainda, **inadmissível a transferência do acervo técnico** da pessoa física para a pessoa jurídica:

(...) a transferência de acervo técnico de pessoa física à pessoa jurídica pode ensejar o possível 'comércio' de acervo, permitindo assim que empresas aventureiras participem de licitação sem que possuam a real capacidade de executar o objeto, apenas pela simples formalização de contrato com responsável técnico detentor da qualificação requerida. [Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário](#)

As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, **devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais**. Tais exigências (*sic*) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas

inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado. (Grifo nosso)". Essa Comissão ressalta que o edital que rege a presente licitação em seu PREÂMBULO estabelece que o mesmo será regulamentado pela Lei Federal 8.666/93. Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: "A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) "(in "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268.). Com relação a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** por ter apresentado comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) vencida, conforme autenticidade emitida por meio eletrônico, junto ao órgão responsável, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital, a empresa comprovou em seu recurso que diligenciou ao Conselho a fim de verificar o ocorrido, visto que o referido documento fora devidamente quitado e retirado do próprio portal do CREA. Dessa forma, foi constatado que o autenticador do documento estava com erro de autenticação, fazendo referência ao documento do ano anterior, sendo o referido problema devidamente corrigido conforme Ofício anexado ao recurso em resposta a empresa. A Comissão de Licitação decida dar parcialmente provimento ao recurso apresentado pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, não dar provimento ao recurso apresentado pela empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e dar provimento as contrarrazões apresentada pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**. Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 15.10.2021, mantendo **INABILITADAS** as empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e **HABILITADA** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** no presente certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos **onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um às onze horas**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

SAMIR PAIVA ESPÍRITO SANTO

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 11/11/2021, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Membro**, em 11/11/2021, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 11/11/2021, às



13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022011249** e o código CRC **F74F84EF**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0009.231514/2021-68

SEI nº 0022011249